



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2019**

PLE 233/2018

Educação e Cultura
Educação



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

PLE Nº 233/2018

Programa 86 – Garantia dos Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social

Proponentes

Gabrielle Thuanny de Castro Araújo – instituição não informada / Pollyanna Iara Miranda Lima – instituição não informada / Roberta Sant'André – Educanto (Belo Horizonte) / Diego Severino Rossi de Oliveira (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (Belo Horizonte) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende – Dieese (Belo Horizonte) / Fábio Proença de Carvalho – instituição não informada / Ana Flávia Mourão de Miranda – Instituto Equale (Belo Horizonte) / Alessandra Rodrigues Marx – Associação Mineira de Municípios – AMM (Belo Horizonte) / Daniel Santos da Cruz – Comitê de Representação do FT Pop Rua (Belo Horizonte).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2018&n=233&t=PLE>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 233 sugeriu as seguintes alterações no Programa 86 – Garantia dos Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social:

- Alterar o objetivo do programa, com a finalidade de reafirmar a gratuidade da oferta do ensino na rede estadual.
- Alterar o campo Áreas x Objetivos estratégicos, para que faça referência à população em situação de itinerância.
- Na Ação 4631 – Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:
 - alterar a finalidade, para, dentre outras coisas, delimitar sua abrangência aos alunos de 4 a 17 anos.
- Na Ação 4632 – Direitos Humanos, Convivência Democrática e Participação Social:
 - alterar a finalidade, com o objetivo de garantir aos alunos educação de qualidade pública e gratuita.
- Na Ação 4635 – Educação para as Relações Étnicos Raciais:
 - alterar a finalidade, para que as ações educativas e afirmativas realizadas no âmbito da ação sejam públicas e gratuitas.
- Criar uma nova ação na qual a unidade responsável seja a Secretaria de Estado de Educação – SEE –, o produto, “Servidor Capacitado”, a unidade de medida, “Servidor”, o público-alvo, “Profissionais da educação básica pública do Estado de Minas Gerais” e a finalidade seja a criação de programa de formação continuada, pública e gratuita, de profissionais da educação básica para a educação em direitos humanos, diversidade e inclusão.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=233&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180023303585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Emendas ao PPAG:**

- Mudança de objetivo do programa para: promover, por meio de projetos técnico-pedagógicos específicos, a discussão entre os integrantes da comunidade escolar sobre a diversidade e os direitos humanos no ambiente da escola, de forma a conscientizá-los para a importância de reconhecer e respeitar a todos, em suas características físicas, intelectuais, psicológicas, étnicas, socioculturais, etárias e de gênero (...).
- Ação 4632 – Direitos Humanos, Convivência Democrática e Participação Social:
 - mudança de finalidade para: construir ações de promoção e defesa de educação em direitos humanos nas escolas estaduais, fortalecendo a gestão democrática por meio da participação e da integração da escola com a comunidade (...).

- **Requerimento:**

- À Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, pedindo providências para que articule, com a Secretaria de Estado de Educação, formas de garantir à população em situação de rua acesso e permanência nas escolas, assegurando condições materiais, como uniforme e material escolar, e outros meios necessários ao atendimento adequado desse público.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=233&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180023303585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
233	11.791	À Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, pedindo providências para que articule, com a Secretaria de Estado de Educação, formas de garantir à população em situação de rua acesso e permanência nas escolas, assegurando condições materiais, como uniforme e material escolar, e outros meios necessários ao atendimento adequado desse público.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. 18 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o *site* [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Educação](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.